



Alameda da Jofre, 10 - 9500-000 Lagoa
Tel: 292 906 220

Tel: 292 906 220
Fax: 292 906 220
Email: geral@cm-lagoa.pt

www.lagoa-acores.pt

Código de Conduta no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados

Câmara Municipal de Lagoa - Açores





Código de Conduta adotado pela Câmara Municipal de Lagoa - Açores, no que concerne ao tratamento de dados pessoais

Preâmbulo

A conduta ética no exercício das suas atribuições é um fator central para a Câmara Municipal de Lagoa - Açores, que reconhece que a legalidade e transparência das suas atuações promovem a satisfação das expectativas que recaem sobre ela, a diferenciação reputacional e a eficiência dos seus procedimentos internos.

Enquanto Responsável pelo tratamento de dados pessoais de munícipes, colaboradores e outros, atuará em conformidade com a legislação aplicável. Assim, dado o propósito de divulgar aos titulares da informação, entidades reguladoras e ao público em geral os princípios éticos que regem as operações de tratamento desses dados, a Câmara Municipal de Lagoa - Açores considera pertinente a adoção de um Código de Conduta.

É de salientar que este documento se encontra em constante evolução e que se pretende devidamente implementado na atividade diária da Câmara Municipal de Lagoa - Açores e dos seus colaboradores.

O presente código entra em vigor a partir da data da sua publicação.

I. Objeto e âmbito

Artigo 1.º (Objeto)

O presente Código de Conduta estabelece os princípios que regem a atuação dos colaboradores da Câmara Municipal de Lagoa - Açores, no que concerne a atividades de tratamento de dados pessoais.

Artigo 2.º (Âmbito)

O presente Código de Conduta vincula os membros eleitos, trabalhadores do quadro, trabalhadores ao abrigo de programas de emprego, estagiários, subcontratados e mandatários (adiante designados por "Colaboradores"), em todas as atividades de tratamento de dados por conta da Câmara Municipal de Lagoa - Açores.

Artigo 3.º (Finalidades)

O presente Código de Conduta tem por objetivos:

- a) Consagrar e harmonizar procedimentos internos de tratamento de dados pessoais.
- b) Sensibilizar os colaboradores para o correto tratamento de dados pessoais.
- c) Garantir o cumprimento da lei e o respeito pela informação pessoal.

Artigo 4.º (Alcance)

1. O presente Código de Conduta deve ser respeitado por todos os Colaboradores.

2. O cumprimento pontual do Código de Conduta não exonera os Colaboradores do conhecimento e cumprimento da legislação sobre proteção de dados.
3. O presente Código de Conduta descreve os procedimentos internos a seguir, perante situações que obriguem a atividades de tratamento de dados pessoais, sendo que para quaisquer situações não previstas aplicar-se-ão os princípios gerais ora descritos em harmonia com as disposições previstas no Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de Abril de 2016 (comumente designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados, em diante “RGPD”).

II. Princípios Gerais

Artigo 5.º (Princípio da Transparência)

1. Todas as atividades de tratamento de dados devem estar devidamente enquadradas na lei.
2. Sempre que possível os titulares de dados pessoais deverão ser informados sobre as finalidades do tratamento, prazo de conservação da informação e transmissão da informação a terceiros.

Artigo 6.º (Princípio da Necessidade)

1. As atividades de tratamento de dados devem ser limitadas ao absolutamente essencial para cumprimento das finalidades que as tornaram necessário.
2. Os operadores a quem incumbe o tratamento de dados pessoais devem ser reduzidos ao número estritamente necessário.
3. Só será legítimo o acesso aos dados estritamente necessários ao cumprimento das finalidades que justificaram o tratamento.

Artigo 7.º (Princípio da Legalidade)

Todas as atividades de tratamento de dados devem ter o devido enquadramento do RGPD e legislação aplicável.

Artigo 8.º (Princípio da Proteção desde a Conceção e por Defeito)

1. Sempre que a Câmara Municipal de Lagoa - Açores criar uma nova secção, funcionalidade, empresa, ou serviço, deve pedir parecer ao Encarregado de Proteção de Dados, antes da entrada em funcionamento.
2. O parecer referido no número anterior incidirá sobre o impacto para a proteção de dados e os procedimentos a seguir, no que concerne ao tratamento.

Artigo 9.º (Princípio da Confidencialidade)

As informações a que a Câmara Municipal de Lagoa - Açores e os seus Colaboradores tenham acesso deve ser tratada como confidencial, pelo que a sua divulgação a terceiros deve ser fundamentada por lei, ou quando se trate de uma prestação de serviços em que o Colaborador procede ao tratamento de dados por conta do Responsável, a transmissão a terceiros depende de autorização prévia, ou cláusula contratual que o permita, ou existência de obrigação jurídica.



Artigo 10.º (Princípio da Segurança)

1. As atividades de tratamento devem ser executadas de forma segura, devendo os Colaboradores minimizar os riscos de violação de proteção de dados.
2. O arquivo (digital ou em papel) de dados pessoais deve estar devidamente acondicionado e protegido.

Artigo 11.º (Dados Sensíveis)

1. Encontra-se vedada a utilização de dados sensíveis, nomeadamente informação que revele origens étnicas ou raciais, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, biométricos e relativos à saúde, vida sexual, ou orientação sexual.
2. A utilização desta informação é lícita, desde que se verifique uma das condições previstas no n.º 2 do artigo 9.º do RGPD.
3. O tratamento de dados sensíveis deve ser precedido de parecer do Encarregado de Proteção de Dados.

III. Procedimentos internos

Artigo 12.º (Dever de Informação)

1. O titular dos dados pessoais deverá ser informado sobre as finalidades do tratamento de dados, possibilidade de transmissão da informação a terceiros e prazo de conservação.
2. As informações referidas no número anterior não carecem de redução a escrito.

Artigo 13.º (Proteção Civil)

1. É legítima a atualização, distribuição e acesso de listas de contacto das várias entidades cooperantes, em matéria de proteção civil, desde que exclusivamente por razões de interesse público.
2. É legítima a utilização de contactos pessoais de munícipes em situações de emergência e prevenção.

Artigo 14.º (Exercício de Direitos)

1. Os direitos de acesso e retificação devem poder ser exercidos pelos titulares, a título tendencialmente livre.
2. Sempre que o exercício dos direitos indicados no número anterior se afigurar desproporcionado e inadequado, deve ser imediatamente consultado o Encarregado de Proteção de Dados.
3. O exercício dos direitos pelo titular deve ser precedido de parecer do Encarregado de Proteção de Dados.

Artigo 15.º (Violação de Proteção de Dados)

1. Entende-se por violação de proteção de dados, qualquer atividade não autorizada, consentida, ou fora do âmbito das respetivas competências, ou em desrespeito pelos procedimentos implementados.
2. Após conhecimento de violação de proteção de dados, deve ser, imediatamente, notificado o Encarregado de Proteção de Dados, que irá notificar a Autoridade de Controlo e, se for caso disso, o titular dos dados pessoais.

IV. Sanções

Artigo 16.º (Sanções)

1. Em caso de incumprimento das disposições constantes do presente Código de Conduta, ficam os colaboradores sujeitos ao exercício do poder disciplinar por parte da Câmara Municipal de Lagoa - Açores, nos termos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
2. Em caso de incumprimento das disposições constantes do presente Código de Conduta por parte de fornecedores, prestadores de serviço, procuradores ou mandatários ao serviço da Câmara Municipal de Lagoa - Açores, estes ficam sujeitos às sanções eventualmente previstas no âmbito das relações contratuais estabelecidas, bem como a reavaliação dos termos dessas relações.

V. Divulgação

Artigo 17.º (Divulgação)

1. A Câmara Municipal de Lagoa - Açores promoverá a divulgação do presente código de conduta, encontrando-se o mesmo disponível para consulta nas suas plataformas informáticas, bem como em suporte de papel nas suas instalações, de forma a consolidar a aplicação dos princípios e a adoção dos comportamentos previstos no mesmo.
2. Em relação aos atuais colaboradores da Câmara Municipal de Lagoa - Açores, presume-se a adesão dos mesmos ao presente Código de Conduta, quando estes não se opuserem, por escrito e no prazo de 30 (trinta dias), a contar da disponibilização do Código.





CONTACTOS

Responsável por tratamento de dados pessoais

Câmara Municipal de Lagoa - Açores

Tel.: 296 960 600 | Fax: 296 488 519 | geral@lagoa-acores.pt

Encarregado de Proteção de Dados

João Peixoto

Tel.: 253 554 274 | protecaodados@lagoa-acores.pt

Entidade fiscalizadora

Comissão Nacional de Proteção de Dados

Tel.: 213 928 400 | Fax: 213 976 832 | geral@cnpd.pt